

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.826.518 - RS (2019/0205506-7)

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**

EMBARGANTE : ALESSANDRA MORAES JACQUES

ADVOGADO : RODRIGO CAPITANI - RS075137

EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ESTELIONATO MAJORADO. PROCESSUAL PENAL. PRAZO DE INTERPOSIÇÃO DE 2 (DOIS) DIAS. ARTIGOS 619 DO CPP E 263 DO RISTJ. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração interpostos por **ALESSANDRA MORAES JACQUES** contra decisão da minha lavra (fls. 364-371), pela qual não conheci do recurso especial defensivo, consoante a seguinte ementa:

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. ESTELIONATO MAJORADO. IRRETROATIVIDADE DA LEI Nº 12.234/2010. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS E QUE NÃO IMPUGNAM TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO"

Nas razões deste recurso, a defesa sustenta a ocorrência de contradição, ao argumento de que *"a embargante impugnou especificamente os fundamentos da decisão recorrida, não se vislumbrando a incidência do art. 255, § 4º, inc. I, do Regimento Interno do STJ, devendo o recurso ser analisado, reconhecendo a prescrição"* (fl. 374).

Pugna, ao fim, pelo acolhimento dos embargos, com efeitos infringentes, a fim de que seja reconhecida a prescrição.

É o relatório.

Decido.

Os presentes **embargos de declaração** não merecem ser

Superior Tribunal de Justiça

conhecidos, em razão da sua **intempestividade**.

O prazo para a interposição de embargos de declaração em feitos criminais é de 2 (dois) dias, conforme prevê o art. 619 do Código de Processo Penal:

“Art. 619. Aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de dois dias contados da sua publicação, quando houver na sentença ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão.”

Essa também a orientação do art. 263 do RISTJ, **verbis**:

“Art. 619. Aos acórdãos proferidos pela Corte Especial, pelas Seções ou pelas Turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de cinco dias, em se tratando de matéria cível, ou no prazo de dois dias, em se tratando de matéria penal, contados de sua publicação, em petição dirigida ao relator, na qual será indicado o ponto obscuro, duvidoso, contraditório ou omissos, cuja declaração se imponha.”

Verifica-se que a r. decisão embargada foi disponibilizada no Diário de Justiça eletrônico em 30/9/2019, considerando-se publicada em 1/10/2019, nos termos do art. 4º, § 3º, da Lei 11.419/2006 (cfr. certidão à fl. 372). Todavia, o presente recurso foi interposto em 4/10/2019 (fl. 374), quando já ultrapassado o prazo legal cujo termo final ocorreu em 3/10/2019, sendo manifesta a sua intempestividade.

Ante o exposto, **não conheço** dos embargos declaratórios.

P. e I.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo
(Desembargador Convocado do TJ/PE)
Relator